

Processo seletivo – 2022/2023  
PROGRAMA DE ESTÁGIO FORENSE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
DE NOVA IGUAÇU

## INSTRUÇÕES

---

As páginas deste **caderno de questões** estão numeradas sequencialmente e contêm 50 questões.

Direito Constitucional (Questões 01 - 20)  
Direito Administrativo (Questões 21 – 35)  
Direito Processual Civil (Questões 36 – 50)

## ATENÇÃO!

1. **Sugere-se o uso de máscara** cobrindo nariz e boca.
2. Verifique se a paginação deste caderno está correta.
3. Verifique no cartão de respostas se seu nome e número de inscrição estão corretos.
4. Observe as recomendações impressas no cartão de respostas.
5. Leia atentamente cada questão e assinale no cartão de respostas a opção que a responde corretamente.
6. Você dispõe de quatro horas para fazer a prova, inclusive a marcação do cartão de respostas.
7. Após o término da prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas devidamente assinado.
8. O gabarito será divulgado no Diário Oficial do Município de Nova Iguaçu e no endereço eletrônico: [www.novaiguacu.rj.gov.br/pgm/estagio-forense/](http://www.novaiguacu.rj.gov.br/pgm/estagio-forense/)
9. Use somente **caneta esferográfica azul ou preta** de material transparente.

## CALENDÁRIO PREVISTO

---

Divulgação do gabarito: 13/02/2023  
Prazo recursal: 14/02/2023 e 15/02/2023

## Realização

---

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS (CEJUR) DA PROCURADORIA GERAL DO  
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu  
Rua Dr. Ataíde Pimenta de Moraes, nº 335, Centro, Nova Iguaçu/RJ  
CEP 26210-190



**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Nos termos da Constituição, a República Federativa do Brasil, formada pela união \_\_\_\_\_ dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em \_\_\_\_\_.

Qual alternativa preenche, correta e respectivamente, as lacunas acima?

- A) dissolúvel; Estado Republicano.
- B) indissolúvel; Estado Democrático de Direito.
- C) estável; Estado Federado.
- D) centralizada; Estado Social.

2. A Emenda Constitucional é a forma prevista para alteração de dispositivos do texto constitucional. Essa função foi atribuída pelo Poder Constituinte originário ao Poder Legislativo, que exerce a função do poder constituinte decorrente de reforma. Entretanto, a própria Constituição Federal de 1988 limita as temáticas que podem ser objeto de Emenda Constitucional.

Nesse sentido, pode ser tema de proposta de emenda constitucional:

- A) a proibição do exercício de determinado culto religioso.
- B) a permissão para que forças de segurança adentrem residências em comunidades carentes, sem necessidade de consentimento do morador, de flagrante delito ou de determinação judicial.
- C) o estabelecimento do voto facultativo para todos os eleitores.
- D) a centralização de todo o conjunto de competências e atribuições estatais na União.

3. Dispõe o Art. 25 da CF/88:

“Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.”

Ao prever que os Estados federados podem editar suas próprias constituições, a CF/88 consagrou o poder constituinte:

- A) difuso.
- B) originário.
- C) derivado decorrente.
- D) supranacional.

4. A Constituição de 1988 foi batizada de “Constituição Cidadã” pelo presidente da Assembleia Constituinte Ulisses Guimarães. Dentre as razões para tal denominação, destaca-se:

- A) a existência de um conjunto de normas que garantem um mínimo existencial para os cidadãos por meio dos direitos sociais.
- B) a garantia da criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentes de autorização.
- C) a promoção de uma sociedade totalitária.
- D) a existência de um direito absoluto de liberdade de expressão.

5. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é classificada pela doutrina como uma Constituição Rígida. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente corretamente a definição de Constituições Rígidas.

- A) são as Constituições que podem ser alteradas por meio do processo legislativo ordinário.

B) são as Constituições que se materializam em um código consuetudinário e sistemático.

C) são as Constituições inalteráveis e que se pretendem eternas.

D) são as Constituições que exigem, para sua alteração, um processo legislativo mais dificultoso do que o processo de alteração das normas não constitucionais.

6. Conforme José Afonso da Silva:

“A constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estruturação deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas”.

(SILVA, José Afonso, Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros Editores, 18ª edição, 2000, págs. 47/48)

Ao se referir à Constituição de tal forma, o autor se refere ao:

A) princípio da supremacia da constituição.

B) princípio da Legalidade.

C) princípio da força secundária da constituição.

D) fato de a constituição possuir apenas normas de eficácia contida.

7. Ao apreciar recurso de apelação, desembargador da Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entendeu que a Lei Federal nº XX era formal e materialmente incompatível

com a Constituição da República de 1988. Nesse caso:

A) o desembargador deve afastar, monocraticamente, a aplicação da Lei federal nº XX.

B) a inconstitucionalidade da Lei federal nº XX somente pode ser reconhecida pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça ou dos membros do seu órgão especial.

C) por se tratar de lei federal, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não pode deixar de aplicar o diploma normativo, sob pena de afronta ao pacto federativo.

D) deve ser solicitada a manifestação do Supremo Tribunal Federal em relação à constitucionalidade da lei, suspendendo o processo no Tribunal de Justiça.

8. A Federação brasileira é constituída por entidades estatais com autonomia e se distingue dos demais países por uma particularidade. Sobre esse aspecto, é correto afirmar que:

A) a soberania no Estado é compartilhada pelos Estados e pelo Distrito Federal.

B) os municípios, com autonomia política, administrativa e financeira são entes da Federação.

C) todos os entes da Federação gozam do direito de secessão.

D) os Estados gozam de autonomia política, administrativa e financeira, o que não ocorre com o Distrito Federal.

9. João, estudante de direito, verificou que em seu município tramitava projeto de lei que estabelece uma disciplina específica para os contratos de compra e venda de carros, dispondo da forma específica de comercialização no território do Município.

Questionando a constitucionalidade do referido projeto de lei João levou sua indagação a seu professor de direito constitucional, que corretamente esclareceu que o projeto de lei é:

A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito civil.

B) constitucional, desde que sejam observadas as normas gerais editadas pela União.

C) inconstitucional, pois compete concorrentemente à União e ao Estado legislar sobre direito civil.

D) constitucional, desde que o Município se limite a suplementar as normas editadas pela União e pelo Estado.

10. Clara, Deputada Estadual, deseja apresentar projeto de lei sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Em pesquisa, ela aferiu a inexistência de norma sobre o assunto editada pela União.

Em razão dessa constatação, Clara, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

A) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União.

B) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União.

C) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual.

D) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela

União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.

11. Considerando a teoria da tripartição dos poderes adotada pela Constituição Federal brasileira de 1988, assinale a alternativa correta:

A) o poder Legislativo tem a função precípua de elaborar leis, seguindo as disposições constitucionais a respeito das espécies legislativas e o processo legislativo.

B) a teoria da separação de poderes estabelece as funções típicas de cada um dos poderes do Estado brasileiro, sendo que tais funções não se associam, nem de forma atípica.

C) a forma de Estado adotada pelo Brasil é a republicana, em que apenas há participação direta do povo no governo, através do princípio da soberania popular.

D) a Constituição Federal de 1988 veda integralmente as interferências de um poder sobre o outro, como, por exemplo, o impedimento de veto do poder Executivo a projetos de lei do poder Legislativo.

12. Acerca do Poder Legislativo, analise as afirmativas a seguir:

I. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

II. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.

III. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e cada legislatura terá a duração de quatro anos.

IV. Cada Senador será eleito com dois suplentes.

É correto o que se afirma:

- A) Todas as alternativas estão corretas.
- B) Todas as alternativas estão erradas.
- C) apenas em II e IV.
- D) apenas em I, III e IV.

13. O Presidente e o Vice-Presidente da República se ausentaram do país, para atender missão oficial no exterior, decorrendo a necessidade de que outra autoridade assumisse o exercício da Presidência.

À luz da sistemática constitucional, a autoridade referida na narrativa será:

- A) aquela que venha a ser livremente escolhida pelo Congresso Nacional.
- B) aquela escolhida pelo Presidente da República entre os Presidentes do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal, nessa ordem.
- D) aquela que venha a ser livremente escolhida pelo Presidente da República, entre qualquer parlamentar.

14. São princípios institucionais tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública expressos na Constituição Federal:

- A) a unidade, a indivisibilidade e a publicidade.
- B) unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- C) a indivisibilidade e a independência funcional, somente.
- D) a unidade, a publicidade e a independência funcional.

15. Acerca do regime constitucional-administrativo da Advocacia Pública, assinale a alternativa correta.

- A) o membro da Advocacia Pública integra o quadro de servidores do Ministério Público.
- B) a Advocacia Pública é função reservada aos servidores públicos em geral, independentemente da formação em Curso Superior de Direito.
- C) os Procuradores dos Estados exercerão a representação judicial das respectivas unidades federadas.
- D) a Advocacia Pública é exercida, exclusivamente, pelos membros da Defensoria Pública

16. Considere as afirmações abaixo segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

II - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

É correto o que se afirma:

- A) todas as alternativas estão corretas.
- B) todas as alternativas estão erradas.
- C) apenas I.
- D) apenas II.

17. Leia o texto abaixo e assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. (...)

§ 4. As emendas ao projeto de lei \_\_\_\_\_ não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com \_\_\_\_\_.

(Constituição Da República Federativa Do Brasil/1988)

A) de orçamento anual / a lei de diretrizes orçamentárias.

B) de diretrizes orçamentárias / a lei de orçamento anual.

C) de diretrizes orçamentárias / o plano plurianual.

D) do plano plurianual / a lei de diretrizes orçamentárias

18. Adam e Kate, casados, cidadãos americanos, estavam passando as férias no Brasil quando Kate deu à luz prematuramente ao seu filho Justin em um Hospital do Município de Nova Iguaçu. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Justin:

A) é brasileiro naturalizado e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.

B) é brasileiro nato e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

C) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

D) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

19. Décio possui uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, consultou um advogado sobre a possibilidade de vir a ser preso por dívida.

O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Décio:

A) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.

B) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.

C) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia ou fosse depositário infiel.

D) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.

20. Antônio, pessoa com deficiência, solicitou à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais.

Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do pedido. Após a interposição do recurso hierárquico cabível, a decisão de indeferimento do pedido foi mantida.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, Antônio

consultou um advogado a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada. O advogado respondeu, corretamente, que a referida ação é:

- A) o mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de João.
- B) o mandado de segurança.
- C) o direito de petição.
- D) o habeas data.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Considerando as lições sobre Direito Administrativo, é certo que integram a Administração Direta:

- A) órgãos Públicos.
- B) empresas Públicas.
- C) organizações Não-Governamentais – ONGs.
- D) sociedades de Economia Mista.

22. Paola, gestora de um órgão público, decide autorizar a mudança do cargo efetivo de Mário, servidor público e seu amigo, justificando que se tratava do reconhecimento à atuação eficiente dele no exercício das atribuições funcionais. Ela transferiu Mário do cargo de nível médio, no qual ele tomou posse em decorrência de aprovação em concurso público, para um cargo técnico que exige a formação no curso superior recentemente concluído por ele. À luz dos princípios que regem a Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) Paola agiu de acordo com o princípio da eficiência, valorizando um servidor que trás resultados positivos no exercício das atribuições funcionais.

B) Paola agiu conforme o princípio da legalidade, que a autoriza a fazer tudo aquilo que a lei não proíba.

C) Paola agiu de forma contrária aos princípios que regem a Administração Pública, principalmente os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

D) Paola agiu de acordo com o princípio da supremacia do interesse público, que deve prevalecer em detrimento aos demais princípios que regem a Administração Pública.

23. O princípio da eficiência aplicado à administração pública passou a fazer parte da Constituição Brasileira a partir do ano de 1998, com a Emenda Constitucional nº 19 (Art. 37 da CF/88).

Sobre esse princípio, é correto afirmar que

A) direciona-se à busca por lucro na administração pública, que deve estar acima de qualquer outro objetivo.

B) tem como efeito a superação definitiva dos demais princípios constitucionais: impessoalidade, moralidade, legalidade e publicidade.

C) coloca como prioridade os resultados de natureza quantitativa em detrimento dos qualitativos, como a rentabilidade social.

D) pressupõe a realização das atividades e serviços públicos com maior presteza, qualidade e proficiência, evitando desperdícios de qualquer natureza.

24. A estabilidade no serviço público é adquirida pelos servidores públicos efetivos, nomeados em virtude de concurso público, após:

- A) 1 (um) ano de efetivo exercício.



- B) 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- C) 3 (três) anos de efetivo exercício.
- D) 4 (quatro) anos de efetivo exercício.

25. Assinale a opção que, a luz da Lei nº 2.378 de 29 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Funcionários do Município de Nova Iguaçu, apresenta forma de provimento pela qual, atendidos os requisitos legais, o servidor aposentado poderá retornar à atividade, quando por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

- A) aproveitamento
- B) readaptação
- C) reversão
- D) recondução

26. A atuação estatal sujeita-se a parâmetros legais, mas, nem sempre os poderes administrativos são utilizados pelos administradores públicos de forma adequada. A esse respeito, é correto afirmar que o abuso de poder ocorre quando o agente atua:

- A) dentro dos limites de sua competência, e buscando o interesse público.
- B) fora dos limites de sua competência, denominado excesso de poder, e quando o agente, embora dentro de sua competência, afasta-se do interesse público, denominado desvio de poder.
- C) fora dos limites de sua competência, denominado excesso de poder, e quando o agente, embora fora de sua competência, busca o interesse público, denominado desvio de causa.
- D) fora dos limites de sua competência, denominado desvio de finalidade, e quando

o agente, embora dentro de sua competência, cumpre o interesse público, denominado desvio de poder.

27. O Chefe do Poder Executivo do Município Beta consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de criar um ente da Administração Pública indireta, que teria capital majoritário do poder público, com o objetivo de explorar atividade econômica em sentido estrito, em regime de competição com outras estruturas empresariais.

A assessoria respondeu, corretamente, que esse ente é uma:

- A) empresa pública, sendo criada por lei;
- B) sociedade de economia mista, sendo criada por lei;
- C) empresa pública, sendo criada a partir de autorização legal;
- D) sociedade de economia mista, sendo criada a partir de autorização legal.

28. Considerando os poderes da Administração analise o texto abaixo:

“Esse poder permite uma margem de liberdade ao administrador que exercerá um juízo de valor de acordo com critérios de conveniência e oportunidade. Nesse poder a Administração terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida”.

Trata-se do Poder:

- A) Vinculado.
- B) Discricionário.
- C) Hierárquico.

D) Disciplinar.

29. Mário estacionou sua moto em local proibido, de maneira que o agente público competente lhe aplicou uma multa, prevista na legislação de regência.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, no caso em tela, a multa aplicada a Mário está baseada na prerrogativa da Administração Pública que decorre do exercício do poder:

- A) hierárquico.
- B) disciplinar.
- C) de polícia.
- D) normativo.

30. Sobre atos administrativos, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) A imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.

( ) A autoexecutoriedade é o atributo que determina que o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

( ) A presunção de legitimidade para a Administração é absoluta, porque não admite prova em contrário.

- A) C - E - E.
- B) E - C - C.
- C) C - E - C.
- D) E - C - E

31. Acerca das prerrogativas conferidas pelo regime jurídico dos contratos administrativos, nos termos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I - É prerrogativa da Administração Pública modificar os contratos administrativos, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

II - É prerrogativa da Administração Pública rescindir os contratos administrativos, unilateralmente, em qualquer caso.

III - É prerrogativa da Administração Pública fiscalizar a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

É correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, apenas.
- D) I e III, apenas.

32. A Procuradoria do Município de Nova Iguaçu pretende realizar a aquisição de determinados equipamentos que só podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo. Tendo em vista que a contratação será regida pela Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), o caso em tela é hipótese de incidência de:

- A) prévia licitação, na modalidade pregão.
- B) prévia licitação, na modalidade concorrência.
- C) inexigibilidade de licitação, pois é inviável a competição.
- D) dispensa de licitação, por expressa previsão legal

33. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, de 29 de janeiro de 1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, são deveres do administrado perante a administração, exceto:

- A) Agir de modo temerário.
- B) Expor os fatos conforme a verdade.
- C) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- D) Colaborar para o esclarecimento dos fatos.

34. Se determinado órgão público receber denúncia anônima que impute conduta irregular a servidor público lotado nesse mesmo órgão, por ato cometido no exercício da função, à administração pública:

- A) é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da proporcionalidade.
- B) é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do poder-dever de autotutela imposto à administração, desde que motivada e com amparo em investigação ou sindicância.
- C) é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do princípio da razoabilidade.
- D) é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do princípio da legalidade.

35. Conforme previsão constitucional, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

A possibilidade de esta pessoa jurídica ajuizar ação de reparação de danos contra o agente público que de fato causou o prejuízo a terceiros, havendo dolo ou culpa de sua parte, é chamado:

- A) Duplo grau de jurisdição.
- B) Direito de regresso.
- C) Caducidade.
- D) Revogação.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. O Código de Processo Civil estabelece:

Art. 13 - A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

Sobre a aplicação da norma processual, assinale a alternativa correta:

- A) Não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- B) Não retroagirá, mas não será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- C) Retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados

e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

D) Retroagirá e não será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

37. Analise a afirmação abaixo e assinale a alternativa do Princípio Geral Processual a ele correspondente.

“O juiz deve sempre ouvir todas as partes, garantindo que todas tenham a possibilidade de expor suas razões, de apresentar suas provas, de influir sobre o convencimento do magistrado.”

- A) Princípio da Imparcialidade do Juiz.
- B) Princípio da Publicidade
- C) Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.
- D) Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa.

38. Acerca das garantias constitucionais para o exercício da jurisdição, relacione a COLUNA II com a COLUNA I, associando os princípios da jurisdição às suas respectivas correspondências.

COLUNA I

1. Inevitabilidade
2. Inafastabilidade
3. Juiz natural
4. Indelegabilidade

COLUNA II

( ) se refere à impossibilidade de escolha do juiz para o julgamento de determinada demanda; escolha essa que deverá ser sempre aleatória em virtude de aplicação

de regras gerais, abstratas e impessoais de competência.

( ) garante que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Poder Jurisdicional.

( ) diz respeito à vinculação obrigatória dos sujeitos ao processo judicial, assim, não há como a parte escusar-se ao cumprimento da decisão ou aceitá-la apenas se lhe for conveniente.

( ) O Poder Judiciário, tendo recebido da Constituição Federal a função jurisdicional, como regra, não poderá delegar tal função a outros Poderes ou outros órgãos que não pertencem a ele.

Assinale a sequência correta.

- A) 1, 4, 3, 2
- B) 2, 3, 4, 1
- C) 3, 2, 1, 4
- D) 4, 2, 1, 3

39. Assinale a alternativa correta a respeito da arbitragem, da mediação e dos outros métodos alternativos de solução de conflitos em direito público.

A) É vedada a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

B) A administração pública poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis e indisponíveis.

C) A autoridade ou o órgão competente da administração direta para a celebração da convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.

D) A arbitragem que envolva a administração pública poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes, e respeitará o princípio da publicidade.

40. Bernardo é proprietário de um prédio serviente ao prédio de seu vizinho Ulisses. Após desentendimentos na relação de Servidão Predial, Bernardo decide propor ação com objetivo discutir direito que se impõe sobre prédio dominante em benefício do serviente. Nesse caso, o autor:

- A) deverá ajuizar a ação no foro onde está situado o imóvel.
- B) poderá optar por ajuizar a ação no foro de eleição.
- C) poderá ajuizar a ação no foro do domicílio do advogado do réu.
- D) deverá ajuizar a ação no foro em que o réu se encontrar.

41. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando:

- A) forem da competência do mesmo órgão jurisdicional.
- B) lhes for comum as partes, o pedido e a causa se pedir.
- C) lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- D) houver identidade quanto às partes e a causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

42. Aline perguntou a Ana, estudante de direito, sobre a viabilidade de ação meramente declaratória no ordenamento jurídico brasileiro. Ana respondeu corretamente que:

- A) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- B) Não é admissível a ação meramente declaratória.

C) É admissível a ação meramente declaratória apenas em caso de ausência de violação do direito.

D) É admissível a ação meramente apenas em caso que tenha ocorrido a violação de direito fundamental.

43. Em uma demanda cível de procedimento comum, o magistrado determina a emenda da petição inicial, mas esse ato não é produzido pelo autor. Nesse caso, o magistrado:

- A) Extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- B) Extinguirá o processo com julgamento do mérito.
- C) Realizará o julgamento de improcedência liminar do pedido.
- D) Procederá ao saneamento do feito.

44. Acerca da responsabilização civil do advogado público, é correto afirmar que o membro da advocacia pública será:

- A) civil e solidariamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- B) civil e progressivamente responsável quando agir com culpa ou fraude no exercício de suas funções.
- C) civil e exclusivamente responsável quando agir com dolo, culpa ou fraude no exercício de suas funções.
- D) civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

45. Compete ao juiz, de acordo com o novo código de processo civil, exceto:

A) exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais.

B) Sempre deferir diligências inúteis ou meramente protelatórias.

C) Velar pela duração razoável do processo.

D) Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.

46. No tocante aos prazos para a prática de atos processuais, estabelecidos pelo Código de Processo Civil, marque a alternativa correta:

A) Será aplicado o cômputo de dias contínuos se não houver feriado.

B) Na contagem de prazo em dias, estabelecido em lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

C) O cômputo em dias úteis se aplica somente aos prazos convencionados em acordo ou transação firmado entre as partes.

D) Na contagem do prazo computar-se-á o dia do começo, se for dia útil.

47. Marque C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

( ) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

( ) O juiz deve fixar calendário para a prática dos atos processuais em todos os processos.

( ) Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei.

A) C - E - C.

B) E - C - C.

C) C - E - E.

D) C - C - E.

48. Fabio propôs em face de Henrique ação pelo rito comum, em que postulava a declaração judicial da inexistência de uma obrigação contratual.

Regularmente citado, Henrique pretende demonstrar a existência do vínculo obrigacional, e também tem a intenção de receber o crédito que reputa titularizar.

Quanto à sua pretensão de cobrança, Henrique deverá deduzi-la, no mesmo feito, por meio de:

A) exceção.

B) reconvenção.

C) questão preliminar de contestação.

D) ação autônoma, a ser distribuída por dependência aos autos da demanda primitiva.

49. De acordo com o Código de Processo Civil, o processo será extinto, sem resolução do mérito, quando:

A) Acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.

B) Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

C) Homologar a desistência da ação.

D) Homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.

50. O Desembargador Aristóteles, analisando um recurso de Apelação em processo de sua relatoria, constatou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que deve ser considerada no julgamento do recurso. Nesse caso, o desembargador Aristóteles:

A) suspenderá imediatamente o processo, intimando-se o Ministério Público.

B) solicitará a inclusão do feito em pauta para prosseguimento do julgamento.

C) remeterá os autos tempestivamente ao juízo de primeiro grau, para análise.

D) intimará as partes para que se manifestem, em respeito ao contraditório.

